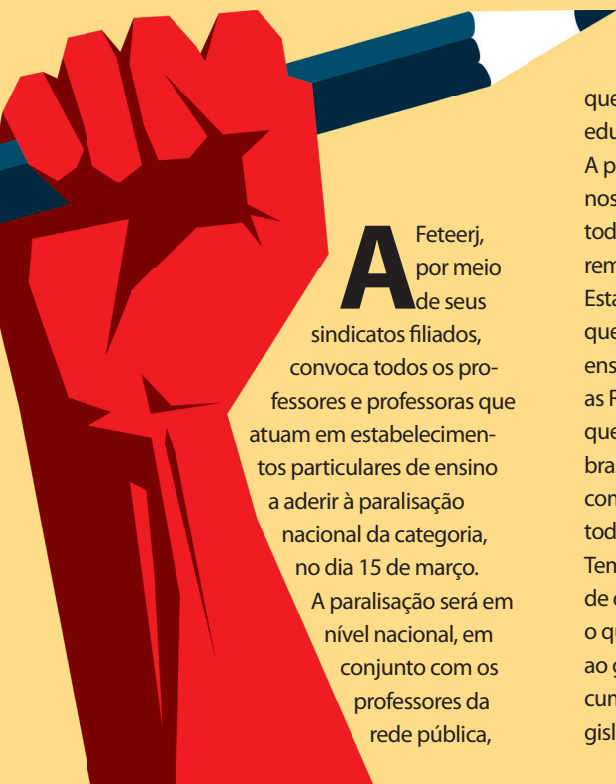


## 15/03: Paralisação dos professores das escolas particulares contra as reformas da previdência e trabalhista



**A** Feteerj, por meio de seus sindicatos filiados, convoca todos os professores e professoras que atuam em estabelecimentos particulares de ensino a aderir à paralisação nacional da categoria, no dia 15 de março. A paralisação será em nível nacional, em conjunto com os professores da rede pública,

que irão deflagrar uma greve geral da educação a partir desse dia.

A paralisação de 15/03 reforça a decisão da nossa Confederação, a Contee, de convocar todas as federações e sindicatos a participarem do movimento.

Esta paralisação de 24 horas da categoria que trabalha em estabelecimentos de ensino particulares é um protesto contra as Reformas da Previdência e Trabalhista que o governo federal quer impor ao povo brasileiro, ainda no 1º semestre de 2017, com a retirada de direitos e conquistas de todos os trabalhadores.

Temer quer fazer a reforma com a alegação de que a previdência social é deficitária, o que não é verdade (leia quadro). Cabe ao governo fiscalizar os empregadores a cumprirem as regras e não burlarem a legislação, arrecadando o dinheiro necessário

à manutenção da Previdência Social. Centenas de bilhões de reais por ano estão envolvidos nessa trama que é a dita reforma – a intenção do governo de Temer é a de transferir a maior parte da gestão da previdência para o setor privado, enriquecendo ainda mais a burguesia brasileira e até internacional. Toda essa manobra é muito coerente com a concepção neoliberal do governo Temer que, sem o mínimo de fiscalização, controle ou mesmo discussão, quer mudar o maior sistema previdenciário do mundo, construído a duras penas pelo povo brasileiro.

A proposta de Temer não significa uma “reforma” da Previdência e sim o fim da aposentadoria, especialmente para os trabalhadores menos qualificados, que entram no mercado de trabalho mais cedo, sem carteira assinada e passam vários períodos desempregados ou subempregados; será o fim da previdência para as mulheres e os trabalhadores rurais.

### **Leia os principais ataques aos nossos direitos, por meio da proposta de Reforma da Previdência:**

- 1) Fim da aposentadoria especial para o professor;
- 2) Aposentadoria por idade para todos apenas aos 65 anos, ignorando se são homens ou mulheres, do meio rural ou urbano;
- 3) 25 anos de contribuição;
- 4) 49 anos de trabalho ininterrupto para o direito ao benefício integral;
- 5) Aumento da idade de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para 70 anos.

## A Previdência não é deficitária

O desemprego de mais de 13 milhões de brasileiros, fruto da crise econômica que vivemos, certamente colaborou para o resultado negativo da Previdência em 2016. Porém, nem o governo nem a mídia divulgam a manipulação dos dados previdenciários, essencial para o alarmismo em torno do saldo do último ano.

Para chegar a esses números, os ditos especialistas em Economia do governo:

- 1) Diminuem contabilmente a arrecadação da seguridade porque não considera a retirada de direitos decorrentes dos efeitos da DRU (Desvinculação de Receitas da União);
- 2) Desconsideram as renúncias tributárias, que impactam muito na arrecadação da Seguridade;
- 3) Desconsideram as fontes de recursos criadas pela Constitui-

ção – CONFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social) e CSL (contribuição social sobre o lucro) – para financiar a Seguridade social que abrange, além da aposentadoria, as áreas da Saúde e da Assistência Social;

- 4) Desconsideram a enorme sonegação.

Não podemos aceitar que o governo retire os benefícios, excluindo ou restringindo o acesso à aposentadoria através de uma política maliciosa de manipulação de contas e tentativa de implantar o medo. O papel do Poder Executivo – que ele não quer cumprir e quer fazer o trabalhador pagar a conta – deve ser de reduzir o número absurdo de renúncias, criar instrumentos para cobrar, de fato, os devedores da Previdência Social, combater a sonegação e retomar urgentemente o crescimento econômico com a geração de emprego e renda.

# Reforma trabalhista de Temer quer acabar com a CLT

Em 15 de março, os professores dos estabelecimentos de ensino privado vão paralisar as atividades por 24 horas para protestar também contra a Reforma trabalhista que Temer quer impor. Veja alguns pontos críticos de mais essa tentativa de retirar os direitos históricos da classe trabalhadora:

1) Desmonta a CLT, que regulamenta os direitos dos trabalhadores brasileiros como carteira assinada, férias remuneradas, descanso semanal remunerado, salário mínimo, e nos protege há mais de

oitenta anos;

2) Implanta a terceirização total do trabalho nas atividades fins – hoje, ela é permitida apenas nas atividades meios, tais como limpeza ou segurança;

3) Acaba com a política de reajuste do salário mínimo com índices acima da inflação;

4) Impõe uma reforma sindical, tentando fragilizar as entidades representativas dos trabalhadores.

## Pontapé inicial da campanha salarial 2017

A paralisação de 15 de março dos professores das escolas particulares do estado do Rio é, também, o pontapé inicial da luta por negociações coletivas em 2017 que garantam a recuperação das perdas salariais e impeçam qualquer retrocesso que signifique perdas de direitos dos professores e professoras.

Em 2017, devido à conjuntura política e econômica extremamente contrária aos interesses dos trabalhadores, necessitaremos de uma grande mobilização dos professores, em todas as regiões e níveis de ensino.

A situação da área da educação é especialmente difícil. Sabemos que o ensino em nosso país vem sendo loteado pelos “grupos educacionais”, visando a atender muito mais os interesses mercadológicos do que a

função social da educação. Através da oferta de um ensino pasteurizado e da exploração do trabalho docente, a escola privada, mais do que nunca, está virando mercadoria e, o professor, infelizmente, incluído nesta fórmula

perversa de mais trabalho e menos salário.

Esse governo, que tomou o poder por meio de um golpe político-parlamentar, não tem interesse em investir na educação pública. Pelo contrário: Temer propôs uma medida provisória de Reforma que acena para

os grupos empresariais tomarem conta do ensino básico público. Ou seja, o professor que tradicionalmente busca se manter nos dois sistemas de ensino para tentar receber vencimentos mais dignos, agora se vê, como nunca, acossado pelos dois lados. É bom lembrar que, devido à atual crise do governo

estadual, que atinge por extensão outros municípios, a situação em nosso estado se apresenta como a mais grave em relação ao restante do país.

Dessa forma, a Feteerj e os Sindicatos filiados conclamam a categoria dos professores a lutar!

O momento é de resistência contra a perda de nossos direitos mais básicos – por isso convocamos os professores e professoras dos estabelecimentos privados de ensino a aderir à paralisação nacional da educação, dia 15 de março.

Consideramos que todos os trabalhadores têm que se unir no combate ao governo ilegítimo de Michel Temer, pois não há outro caminho para os trabalhadores brasileiros e suas entidades representativas, que não o da unidade, resistência e luta.

**Em 15 de Março a escola particular vai parar!  
Nenhum direito a menos!**

**Na paralisação de 15 de março, no estado do Rio, vamos dar o pontapé inicial da luta por negociações coletivas em 2017**



**Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (Sinpro Rio);  
Sindicato dos Professores de Niterói e Região (Sinpro Niterói);  
Sindicato dos Professores de Nova Friburgo e Região (Sinpro Nova Friburgo);  
Sindicato dos Professores de Petrópolis e Região (Sinpro Petrópolis);  
Sindicato dos Professores da Região dos Lagos (Sinpro Lagos);  
Sindicato dos Professores de Macaé e Região (Sinpro Macaé);  
Sindicato dos Professores da Costa Verde (Sinpro Costa Verde);  
Sindicato dos Professores do Norte Noroeste Fluminense (Sinpro NNF);  
Sindicato dos Professores da Baixada Fluminense (Sinpro Baixada);  
Sindicato dos Professores de Campos e S.J. da Barra (Sinpro Campos e São João da Barra).**